

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CARGO: ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prova Discursiva – Parte I – Questão 1

Aplicação: 15/09/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

(i) Em relação aos recursos do PNAE, a prestação de contas municipais será operacionalizada pelo sistema Solução BB Gestão Ágil, do Banco do Brasil (art. 1º, §1º, I, da Resolução CD/FNDE n.º 7/2024), (ii) enquanto a prestação de contas municipais sobre o uso dos recursos recebidos por meio de transferência voluntária efetuada por termo de compromisso será feita por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC (art.1º da Resolução CD/FNDE n.º 12/ 2018).

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1.1 – Sistemas: prestações de contas dos recursos do PNAE e do termo de compromisso

Conceito 0 – Não respondeu ou errou os dois sistemas.

Conceito 1 – Respondeu, corretamente, apenas um dos sistemas.

Conceito 2 – Respondeu, corretamente, os dois sistemas.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CARGO: ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prova Discursiva – Parte I – Questão 2

Aplicação: 15/09/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

A prestação de contas será iniciada concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os saldos remanescentes serão devolvidos no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro, de acordo com o art. 20, §1º, do Decreto n.º 11.531/2023.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1.1 Início da prestação de contas

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu de forma totalmente equivocada acerca do início da prestação de contas dos recursos financeiros recebidos.

Conceito 1 – Respondeu, corretamente, que a prestação de contas será iniciada concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

QUESITO 1.2 Devolução dos saldos remanescentes

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu de forma totalmente equivocada acerca do momento correto para a devolução dos saldos remanescentes.

Conceito 1 – Respondeu, corretamente, que os saldos remanescentes serão devolvidos após o término da vigência ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CARGO: ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prova Discursiva – Parte I – Questão 3

Aplicação: 15/09/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

O FNDE não é obrigado a instaurar o processo de tomada de contas especial (TCE), pois o valor do débito é inferior a R\$ 100.000,00 e não há qualquer determinação do TCU em contrário para que seja realizada a sua abertura, nos termos do art. 6.º, I e II, da IN n.º 71/2012 do TCU.

A situação configura hipótese de dispensa da instauração da TCE, podendo a autoridade administrativa adotar medidas administrativas ao seu alcance, ou requerer ao órgão jurídico pertinente a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para ressarcimento do débito, nos termos do §3º do art. 6.º da IN n.º 71/2012 do TCU.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1.1 Dispensa de instauração da tomada de contas especial pelo FNDE

Conceito 0 – Não esclareceu ou esclareceu que o FNDE tem a obrigação de instaurar a tomada de contas especial no caso em questão.

Conceito 1 – Esclareceu, corretamente, que o FNDE não tem a obrigação de instaurar a tomada de contas especial.

QUESITO 1.2 Tomada de providências por parte do FNDE visando o ressarcimento do débito ao erário

Conceito 0 – Não apresentou ou apresentou, de forma totalmente incorreta, as providências que podem ser adotadas pelo FNDE para o ressarcimento do débito.

Conceito 1 – Apresentou, corretamente, as providências que podem ser adotadas pelo FNDE para o ressarcimento do débito, citando apenas uma das seguintes providências: medidas administrativas ao seu alcance; requerer ao órgão jurídico pertinente; a adoção de medidas judiciais; a adoção de medidas extrajudiciais cabíveis para fins de ressarcimento do débito existente.

Conceito 2 – Apresentou, corretamente, duas providências que podem ser adotadas pelo FNDE para o ressarcimento do débito.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CARGO: ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prova Discursiva – Parte I – Questão 4

Aplicação: 15/09/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

Conforme o módulo Acesso Público ao SiGPC, a descrição da prestação de contas corresponde ao resultado "**Aprovação parcial com ressalvas**".

QUESITO AVALIADO

QUESITO 1.1 Resultado da prestação de contas

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Respondeu corretamente.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CARGO: ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prova Discursiva – Parte II – Redação

Aplicação: 15/09/2024

PADRÃO DE RESPOSTA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para **(i)** o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial; **(ii)** a aprendizagem; **(iii)** o rendimento escolar e **(iv)** a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos (art. 4.º, primeira parte, da Lei n.º 11.947/2009).

No caso em análise, a prestação de contas do município A em relação aos R\$ 14 milhões do PNAE **(v)** constitui obrigação do atual prefeito, Jacó, pois **(vi)** o prazo para prestar contas daqueles recursos é até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse (art. 60 da Resolução CD/FNDE n.º 6/2020), ou seja, já no curso do mandato de Jacó, **(vii)** pois compete ao prefeito sucessor (Jacó) apresentar a prestação de contas referente aos recursos federais recebidos por seu antecessor (Chico), quando este não o tiver feito e o prazo para adimplemento dessa obrigação vencer ou estiver vencido no período de gestão do próprio mandatário sucessor (Súmula n.º 230 do TCU e Acórdão n.º 206/2020 do TCU).

Em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos do PNAE, o FNDE poderá adotar as seguintes providências jurídicas: **(viii)** suspensão do repasse dos recursos do PNAE (art. 20, II, da Lei n.º 11.947/2009); **(ix)** comunicação da irregularidade na execução do PNAE ao Ministério Público (art. 20, §1º, da Lei n.º 11.947/2009); **(x)** instauração da tomada de contas especial (art. 5.º da Instrução Normativa n.º 71/2012 do TCU); **(xi)** registro da inadimplência no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN (art. 26-A, §2º e §5º, da Lei n.º 10.522/2002).

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 Objetivos legais do PNAE: alíneas (i) a (iv)

Conceito 0 – Não abordou ou abordou de forma totalmente equivocada os objetivos legais do PNAE.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, apenas um dos objetivos legais do PNAE.

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas dois dos objetivos legais do PNAE.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, apenas três dos objetivos legais do PNAE.

Conceito 4 – Abordou, corretamente, os quatro objetivos legais do PNAE.

QUESITO 2.2 Autoridade responsável pela prestação de contas dos R\$ 14 milhões do PNAE: alíneas (v) responsável; (vi) fundamento 1: prazo final para prestação de contas do PNAE; (vii) fundamento 2: Súmula n.º 230 do TCU

Conceito 0 – Não abordou ou abordou de forma totalmente equivocada o responsável pela prestação de contas.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, o responsável pela prestação de contas, mas não fundamentou sua resposta.

Conceito 2 – Abordou, corretamente, o responsável pela prestação de contas, mencionando apenas um dos seguintes fundamentos: (vi) prazo final para prestação de contas do PNAE; (vii) teor da Súmula n.º 230 do TCU.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, o responsável pela prestação de contas, mencionando os dois fundamentos citados.

QUESITO 2.3 Possíveis providências jurídicas a serem adotadas pelo FNDE: alíneas (viii) a (xi)

Conceito 0 – Não abordou ou abordou de forma totalmente equivocada as providências jurídicas possíveis.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, apenas uma das providências jurídicas possíveis.

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas duas das providências jurídicas possíveis.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, apenas três das providências jurídicas possíveis.

Conceito 4 – Abordou, corretamente, as quatro providências jurídicas possíveis.